



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA  
PROCURADORIA GERAL

**PARECER Nº 007/2017 – PROGE/PMM**

**Assunto: Dispensa de Licitação para aquisição de Combustível.**

**EMENTA: LICITAÇÃO. DISPENSA. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL. POSSIBILIDADE JURÍDICA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.**

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria Municipal de Administração, acerca da possibilidade de **Aquisição de Combustível (OLÉO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM)** para o Abastecimento Fluvial das Embarcações, destinadas ao Transporte Escolar dos Alunos matriculados na Rede de Ensino da Prefeitura Municipal de Mocajuba/PA, através de **Dispensa de Licitação**, lastreando o pedido no artigo 24, IV da Lei 8.666/96, em decorrência da situação emergencial da calamidade instalada no município, conforme se faz prova o **Decreto nº 002/2017 de 03 de janeiro de 2017**, parte constante dos autos.

**II - PARECER**

Vigora no ordenamento jurídico pátrio o princípio da obrigatoriedade de licitação, consoante preceituado no art. 37, XXI, da Constituição da República de 1988, sendo a desnecessidade de licitar a exceção, desde que especificada na legislação pertinente.

Nesse sentido, a Lei Nacional n. 8.666/93, conhecida como Lei de Licitações, disciplina as situações, dentro do regime geral, em que a Administração Pública pode contratar sem licitação, quais sejam: os casos de licitação dispensada (art. 17), de dispensa de licitação (art. 24) e de inexigibilidade de licitação (art. 25).



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA  
PROCURADORIA GERAL

Embora a distinção entre dispensa de licitação e licitação dispensada não possua muitas repercussões práticas, a doutrina, de uma forma geral, costuma ressaltar que na dispensada a Administração Pública é que tem interesse em vender, enquanto no caso de dispensa de licitação, tem interesse em comprar. Outra diferença é a menor formalidade para os casos de licitação dispensada, já que não estão obrigadas a seguir as formalidades adicionais previstas no art. 26 da Lei de Licitações.

De acordo com Jorge Ulisses Jacoby Fernandes isso ocorre porque "o princípio constitucional da licitação, como todas as regras de Direito, não têm valor absoluto, devendo ser coordenado com os outros princípios do mundo jurídico" (*Contratação Direta sem Licitação*, 5ª. ed., Brasília Jurídica, 2004, p. 178). A chamada "licitação dispensável" verifica-se em situações em que, embora teoricamente seja viável a competição entre particulares, o procedimento licitatório afigura-se inconveniente ao interesse público

Nesse diapasão, o mesmo entendimento dos Doutrinadores o artigo 26 da Lei de Licitações, aduz:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situação de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei **deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição de eficácia dos atos.**

Parágrafo único. **O processo de dispensa**, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;**
- II – razão da escolha do fornecedor ou executante;**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA  
PROCURADORIA GERAL

### III – justificativa do preço;

**Adispensa de licitação** é possível nos casos em que a competição é viável, mas a licitação afigura-se objetivamente inconveniente ao interesse público.

A flexibilidade em relação à regra geral de licitação prévia nas contratações públicas não implica, contudo, ausência de processo formal de contratação, uma vez que se deve ter ainda mais zelo ao lidar com tais casos. As formalidades processuais relativas à licitação, principalmente com relação à fase interna, tal como confecção de projeto básico/Termo de Referência, pesquisa de mercado e outras devem ser respeitadas e adaptadas, quando for o caso, demonstrando-se a necessidade da aquisição e a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, bem como a existência de recursos orçamentários, a apreciação da minuta de contrato pelo órgão jurídico e o ato de dispensa da licitação, devidamente fundamentado.

As exigências para as contratações diretas vão além das formalidades gerais, devendo ser respeitadas as exigências previstas no art. 26, parágrafo único, da Lei de Licitações.

Nesse bojo, está inserida a hipótese de dispensa de licitação por situação emergencial ou de calamidade pública, estampada no inciso IV do art. 24 da Lei n. 8.666/93, in verbis:

IV — nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada **urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens**, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade,



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA  
PROCURADORIA GERAL

vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (grifo nosso).

Dessa forma, a contratação por urgência resta claramente justificada em razão da necessidade em atender os serviços essenciais e imprescindíveis da população.

Desta forma, a referida aquisição revela-se imperiosa pela necessidade de abastecimento dos veículos utilizados na execução dos serviços realizados pela Prefeitura Municipal e suas respectivas secretarias, visando ao atendimento das ações de interesse público, no desempenho de suas atividades administrativas, até a conclusão final do Procedimento licitatório, observados os prazos legais pela legislação vigente, vez que esta municipalidade não dispõe de combustíveis suficientes para atender suas necessidades, nos próximos 60 (sessenta) dias, pelo que a referida aquisição torna-se imprescindível e URGENTE.

Finalmente, aponta-se que no caso analisado, as medidas adotadas se fazem necessárias, em razão da situação instalada, onde verifica-se urgência na aquisição de combustível para execução dos serviços pela administração pública.

### **III - CONCLUSÃO**

Analisando os autos, verifica-se que as razões expostas apresentam razoabilidade, tendo em vista a atual precariedade instalada no município.

Aliado ao fato mencionado, nota-se que a **Aquisição de Combustível (OLÉO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM)** para o Abastecimento Fluvial das Embarcações, destinadas ao Transporte Escolar dos Alunos matriculados na Rede de Ensino da Prefeitura Municipal de Mocajuba/PA, junto a Empresa POSTO MIRANTE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA – EPP, CNPJ nº 07.369.133/0001-89, com sede à Rua Siqueira Mendes, s/nº, Beira-Mar, Bairro Pedreira, Mocajuba/PA, CEP: 68.420-000, pelo Valor Global de **R\$ 62.431,00 (sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais)**, por um período de 60 (sessenta) dias, **torna-se plenamente possível**, tendo em vista que preenche os



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA  
PROCURADORIA GERAL

requisitos elencados na dispensa de licitação, a qual, vem definida no inciso IV do artigo 24 da Lei. 8.666/93.

No que tange ao aspecto jurídico e formal da minuta do contrato, constata-se que sua elaboração se deu em observância da legislação que rege a matéria.

Por fim, recomenda-se que mesmo fazendo a dispensa de licitação, **faz se necessário** as condicionantes relacionadas no **artigo 26, parágrafo único e incisos da Lei de Licitação**, atingindo a finalidade pública, qual seja, a aplicação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e conveniência.

Encaminhem-se os autos para as providencias necessárias acerca da Ratificação da Dispensa de Licitação pela autoridade superior.

Este é o parecer.

Mocajuba (PA) 20 de fevereiro de 2017.

**PRESSILA PEREIRA DE SOUZA**

Assessora Jurídica

OAB/PA 24.213